

A FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS NA AMAZÔNIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE UM MOSAICO SOCIOCULTURAL

Monique Teresa Amoras do Nascimento¹

Dândara Lanara Sousa Cordeiro²

Pamela Correia Castro³

Nádile Juliane Costa de Castro⁴

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo refletir criticamente sobre os desafios e as potencialidades da formação de profissionais de Enfermagem em contextos socioculturais complexos da Amazônia, à luz da decolonialidade. O texto articula revisão de literatura não sistemática, análise de experiências extensionistas dos autores junto a comunidades tradicionais e fundamentação teórica ancorada em Vygotsky e autores do sul global como Quijano, Baniwa e Krenak. Foram definidas três categorias analíticas: desafios éticos e morais; contribuições teóricas e conceituais; integração e valorização do mosaico multicultural e multiétnico. Os resultados evidenciam lacunas na aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais e sugerem caminhos para incorporar saberes interculturais, fortalecer a competência cultural e promover uma Enfermagem comprometida com a equidade.

Palavras-chave: Características culturais. Capacitação de recursos humanos em saúde. Competência cultural. Enfermagem. Territórios socioculturais.

THE TRAINING OF NURSES IN THE AMAZON: CHALLENGES AND PERSPECTIVES OF A SOCIOCULTURAL MOSAIC

ABSTRACT

This essay aims to critically reflect on the challenges and potentialities of training nursing professionals in the complex sociocultural contexts of the Amazon, in the light of decoloniality. The text articulates a non-systematic literature review, analysis of the authors' extension experiences with traditional communities, and theoretical grounding based on Vygotsky and Global South thinkers such as Quijano, Baniwa and Krenak. Three analytical categories were defined: ethical and moral challenges; theoretical and conceptual contributions; integration and appreciation of the multicultural and multiethnic mosaic. The results highlight gaps in the application of the National Curriculum Guidelines and suggest pathways to incorporate intercultural knowledge, strengthen cultural competence, and promote a Nursing practice committed to equity.

Keywords: Cultural characteristics. Health human resources training. Cultural competence. Nursing. Sociocultural territories.

Data de submissão: 14.07.2025

Data de aprovação: 06.12.2025

1 Mestre. Universidade Federal do Pará. E-mail: mtanascimento@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1413-1565>

2 Graduanda. Universidade Federal do Pará. E-mail: pamelacorreiacc@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9027-7932>

3 Graduanda. Universidade Federal do Pará. E-mail: dandara.cordeiro@ics.ufpa.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6666-2973>

4 Doutora em Ciências Socioambientais. Universidade Federal do Pará. E-mail: nadiledecastro@ufpa.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7675-5106>

INTRODUÇÃO

Para responder às especificidades e exigências das sociedades atuais, tornou-se imprescindível promover transformações paradigmáticas na formação dos profissionais de Enfermagem no Brasil. Cabe, portanto, às instituições formadoras a responsabilidade de reorientar o processo de ensino, priorizando o desenvolvimento de práticas demandadas pelo contexto sociocultural, superando modelos tradicionais e verticalizados de ensino (SURDEZ-PÉREZ *et al.*, 2018; FROTA *et al.*, 2020).

Historicamente, os profissionais de Enfermagem constituíram a base de hospitais e campos de batalha, evoluindo em resposta às demandas sociais e refletindo as necessidades emergentes de saúde da população, bem como os contextos socioculturais em constante transformação (FROTA *et al.*, 2020). Essa trajetória evidencia a capacidade de adaptação e resiliência da Enfermagem diante das mudanças sociais e sanitárias, consolidando seu papel estratégico na promoção da saúde.

Em um cenário cada vez mais dinâmico, marcado por intensos processos migratórios e movimentos populacionais, a capacidade da Enfermagem de responder e adaptar-se às transformações socioculturais tornou-se ainda mais importante. Nesse contexto, a formação de profissionais culturalmente alicerçado em questões regionais se mostra imprescindível, reforçando a necessidade de inclusão de conteúdos e práticas voltados à diversidade nos currículos de Enfermagem (ARRUDA-BARBOSA *et al.*, 2020; SOARES *et al.*, 2022; CASTRO *et al.*, 2025). Tal necessidade é evidenciada no discurso sobre a oferta de cuidados eficazes e no desenvolvimento de habilidades para compreender e contemplar a diversidade cultural presente nos diferentes contextos de atuação da Enfermagem (MAGNAGO; PIERANTONI, 2020).

Assim, atributos socioculturais, fundamentados em compreensões profundas e respeitadas das diferenças culturais, são essenciais para que os profissionais de Enfermagem possam promover o cuidado equitativo. Esses pressupostos confrontam modelos epistemológicos eurocêntricos, tornando necessário superar as complexidades inerentes à formação, a incorporação da interdisciplinaridade e o reconhecimento dos diferentes modos de produção do conhecimento que revelem novas dimensões do cuidado. Desse modo, torna-se fundamental manter o diálogo com perspectivas decoloniais, promovendo uma formação crítica e contextualizada (FRANÇA *et al.*, 2023; LUZ, 2009).

Nesse contexto, as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Enfermagem (DCENF), aprovadas pela Resolução n.º 3, de 7 de novembro de 2001, e cuja atualização está em fase de autorização no ano de 2024, determinam que os currículos atendam às necessidades sociais de saúde, voltados para a capacidade de abranger e agir de acordo com as especificidades culturais regionais. Neste estudo, destaca-se a relevância dessas diretrizes para as populações amazônicas, com o objetivo de propor estratégias de intervenção adequadas às realidades socioculturais destas populações (SILVA *et al.*, 2022).

Dando sequência à evolução adaptativa da Enfermagem, as diretrizes para a formação dos profissionais da área têm sido continuamente revistas e atualizadas, refletindo a complexidade do papel dos(as) profissionais de Enfermagem na atualidade. Notavelmente, à medida que a consciência sobre a diversidade sociocultural aumenta, essa complexidade tem vindo a ser discutida e incorporada em módulos específicos, como os de produção de conhecimento e de atendimento às necessidades regionais (SILVA *et al.*, 2022).

O reconhecimento e a incorporação de práticas culturalmente adaptadas demonstram o compromisso da profissão em responder proativamente às demandas socioculturais e em garantir cuidados de saúde inclusivos, visando à transformação da realidade prática (CASTRO *et al.*, 2023; 2025). Observado que a formação dos(as) profissionais de Enfermagem no Brasil perpassa diversos acontecimentos, inclusive de ordem global, observa-se que as DCENF não

são suficientes para estabelecer mudanças imediatas na formação, capazes de absorver, de forma ágil, processos e cenários socioculturais específicos.

Embora as DCENF estabeleçam um escopo amplo de competências e habilidades, nota-se que elas não são suficientemente detalhadas para abordar as especificidades culturais regionais, como as encontradas na Amazônia. As DCENF, por sua natureza generalista, não conseguem abarcar as diversidades socioculturais específicas que permeiam os territórios brasileiros, particularmente as vivências e necessidades de comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas (MAGNAGO; PIERANTONI, 2020).

A limitação das DCENF, ao não detalharem de forma suficiente as especificidades culturais regionais, especialmente as vivenciadas na Amazônia, revela uma lacuna significativa na formação dos profissionais de Enfermagem. Tal déficit manifesta-se na insuficiente preparação para atuar em contextos que exigem, além do domínio técnico, uma compreensão profunda e respeitosa das práticas culturais locais (PRADO *et al.*, 2007; EL KADRI *et al.*, 2022). Além disso, observa-se a carência de pesquisas que avaliem o impacto de disciplinas voltadas para povos indígenas e populações tradicionais, o que evidencia a necessidade de contextualizar a formação para as realidades regionais.

Essa ausência se reflete na insuficiência de conteúdos que abordem a diversidade cultural, aspecto essencial para o exercício profissional em cenários amazônicos e similares, reforçando a necessidade de compreender e incorporar dimensões locorregionais no cotidiano das redes de atenção à saúde (SOARES; SANTOS, 2022). Portanto, sustenta-se que é imprescindível superar tais lacunas, promovendo uma formação em Enfermagem que valorize saberes culturais diversos, visando à efetiva equidade e qualidade do cuidado prestado.

Os aspectos regionais têm sido identificados na produção de conhecimento na e sobre Amazônia e mostram as complexidades e as peculiaridades como do modo de vida, dos territórios líquidos e das tensões ambientais que interceptam o acesso à saúde o que deve ser refletida na formação (REIS *et al.*, 2024; EL KADRI *et al.*, 2022; SOUSA *et al.*, 2023). Há significativamente discussão sobre a integração de diferentes saberes, a partir da abordagem da sustentabilidade ecológica e a diversidade social da região, oferecendo insights sobre as barreiras de acesso, estratégias de organização dos serviços de saúde e de processos educativos (FAUSTO *et al.*, 2022; LIMA *et al.*, 2022; ARAÚJO *et al.*, 2022).

Historicamente, a Enfermagem evoluiu em resposta a transformações sociais e emergências sanitárias, mas permanece tensionada por lacunas estruturais e epistemológicas que limitam a integração de práticas culturalmente sensíveis (FROTA *et al.*, 2020). Apesar dos avanços das DCENF e de recentes debates de atualização, verifica-se que persistem déficits quanto à abordagem de conhecimentos que dialoguem com as realidades locorregionais amazônicas (SILVA *et al.*, 2022).

Neste contexto, ganha força a perspectiva da decolonialidade, que questiona paradigmas hegemônicos e propõe diálogos interculturais que reconheçam a cosmovisão de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais (KRENAK, 2020; BANIWA, 2017). Tais dimensões ainda se expressam timidamente nos currículos de Enfermagem, demandando estudos reflexivos que articulem teoria, prática extensionista e literatura especializada.

Assim, este ensaio teórico-reflexivo tem como objetivo geral refletir criticamente sobre os desafios e potencialidades da formação em Enfermagem para contextos amazônicos, à luz da decolonialidade. Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (1) analisar as lacunas das DCENF diante da diversidade sociocultural amazônica; (2) discutir a relevância de perspectivas teóricas e conceituais, como Vygotsky, Baniwa e Krenak, para a formação intercultural; e (3) apontar contribuições de práticas extensionistas para a integração de saberes e fortalecimento de uma Enfermagem comprometida com a equidade.

2 DESENVOLVIMENTO

Trata-se de um ensaio teórico-reflexivo, desenvolvido entre agosto de 2022 e março de 2024, que articula revisão de literatura, experiências extensionistas e análise crítica. Para a revisão, realizou-se uma busca não sistemática, mas intencional, de artigos, livros e documentos oficiais que abordam formação em Enfermagem, competência cultural, interculturalidade e decolonialidade, com ênfase em estudos realizados na Amazônia brasileira. Foram consultadas as bases de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF), priorizando publicações dos últimos dez anos. Os critérios de inclusão envolveram estudos que abordassem (1) formação de profissionais de Enfermagem em contextos socioculturais complexos, (2) práticas extensionistas com povos tradicionais, (3) debates teóricos decoloniais aplicados à saúde. Foram excluídos documentos puramente descritivos sem articulação analítica ou foco regional.

Além da revisão, incorporaram-se dados empíricos indiretos, oriundos de relatórios de projetos de extensão e experiências dos autores com disciplinas curriculares sobre educação, formação e práticas comunitárias em comunidades tradicionais e povos indígenas. Tais fontes subsidiaram a construção de reflexões ancoradas em categorias temáticas: desafios éticos e morais, contribuições teóricas e conceituais e integração do mosaico multicultural.

Dentre as experiências extensionistas que subsidiaram este ensaio, destacam-se atividades realizadas em projetos vinculados à Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolvidos entre 2022 e 2024 relacionadas ao Edital PIBEX e Eixo Transversal, realizado junto a comunidades quilombolas do nordeste paraense e associação estudantil indígena. Essas ações incluíram: oficinas de educação em saúde com lideranças comunitárias; visitas de campo; rodas de conversa sobre práticas tradicionais de cuidado; e análise comparativa dos projetos pedagógicos de cursos de Enfermagem de universidades federais amazônicas.

Os registros desses projetos evidenciaram, de forma sistemática, três tensões recorrentes: (1) déficit na formação sobre políticas específicas de cuidado a povos indígenas; (2) a inadequação de instrumentos padronizados de avaliação clínica para realidades de povos e populações cujas práticas de saúde operam fora da lógica biomédica; e (3) a ausência de autores indígenas, negros e amazônidas nas ementas das disciplinas cursadas pelos discentes participantes.

Como fundamentação teórica, foram mobilizadas a Teoria Sociocultural de Lev Vygotsky (2007), conceitos da decolonialidade por meio de conceitos de Quijano (2000), Krenak (2020), Baniwa (2006; 2017) e documentos das DCENF, para dialogar criticamente com os achados e vivências relatadas.

A escolha por Quijano (2000) ancora-se em sua formulação da colonialidade do poder como estrutura que organiza hierarquias de saber e de ser ainda operantes nos currículos e nas práticas de saúde oferecendo o quadro conceitual de base sobre o qual as perspectivas de Krenak e Baniwa operam a partir de dentro dos territórios e das cosmologias amazônicas.

Krenak (2020) enfatiza a necessidade de integrar conhecimentos indígenas às práticas biomédicas, destacando a importância de uma visão de mundo que valoriza a terra e os recursos naturais como entidades vivas. Por sua vez, Baniwa (2006; 2017) argumenta pela descolonização da educação e pela valorização da autonomia e identidade cultural, sugerindo a inclusão de uma educação que respeite e integre os conhecimentos de outras culturas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 DESAFIOS ÉTICOS E MORAIS

O contexto amazônico caracteriza-se por barreiras de acesso resultantes das condições geográficas, da diversidade de comunidades e de vulnerabilidades socioambientais, o que impacta diretamente a oferta de cuidados em saúde (FAUSTO *et al.*, 2022). Nesse cenário, destaca-se a presença significativa de populações indígenas e quilombolas, frequentemente invisibilizadas nos currículos de formação em Enfermagem, reforçando a necessidade urgente de disciplinas específicas e políticas afirmativas voltadas para esses grupos (BANIWA, 2006; 2017). A interação com diferentes grupos étnicos, especialmente povos indígenas (CASTRO *et al.*, 2025), exige dos profissionais preparo para lidar com cosmologias diversas e práticas tradicionais, ao mesmo tempo em que se conciliam cuidados biomédicos, configurando dilemas éticos e morais nos serviços de saúde da região (KRENAK, 2020).

Diante desse panorama, torna-se fundamental compreender e identificar as crenças e práticas de saúde locais, visando à implementação de estratégias assertivas tanto na formação quanto no exercício profissional em Enfermagem (FRANCO *et al.*, 2020). A construção de um cuidado equitativo demanda, assim, o reconhecimento da diversidade e o respeito às especificidades culturais, promovendo um ambiente de saúde mais inclusivo e sensível às necessidades das comunidades amazônicas.

Considerando a relevância da Amazônia para a saúde global, torna-se imprescindível que os(as) profissionais de Enfermagem desenvolvam habilidades práticas capazes de incorporar princípios de sustentabilidade nas suas atividades. Isso implica resgatar a ética da conservação, reconhecendo não só a responsabilidade desses profissionais na promoção da educação, mas também no exercício da advocacia comunitária em prol da preservação regional. Tal abordagem deve contemplar as problemáticas de saúde vivenciadas pelas comunidades amazônicas ao longo do tempo, refletindo sobre como essas experiências influenciam a prática e a ética da Enfermagem na região. Destaca-se, ainda, a importância da colaboração entre os diversos atores sociais locais, promovendo a participação popular e o controle social no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), como estratégia essencial para a construção de políticas e práticas de cuidado mais equitativas e sustentáveis (GOMES; ORFÃO, 2021).

Em relação ao processo que envolve esta formação, cita-se a necessidade de humanização do cuidado, o que pode interferir na própria prestação do serviço associado às funções técnicas, sociais e gerenciais, garantido que as características éticas e morais sejam trabalhadas nos níveis de graduação e de pós-graduação. Tal condição é de suma importância na concepção de profissionais capazes de compreender e de respeitar a diversidade e a complexidade humana inclusive para fortalecimento da identidade regional (AVILA *et al.*, 2018; SILVA *et al.*, 2022).

A formação em Enfermagem na Amazônia apresenta lacunas significativas, sobretudo no que diz respeito à inclusão de disciplinas específicas voltadas para a saúde de comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas. Torna-se urgente abordar temas relacionados a questões étnico-raciais, racismo e violências regionais presentes nos territórios. Além disso, é necessário avançar na inserção de conteúdos fundamentados na perspectiva do sul global, promovendo uma abordagem mais contextualizada e sensível às realidades amazônicas (SOARES; SANTOS, 2022).

Embora as DCENF não estipulem distribuição proporcional de carga horária entre os eixos, a análise dos projetos pedagógicos de cursos de universidades federais amazônicas conduzida no âmbito das experiências extensionistas deste estudo indica que os componentes das Ciências Biológicas concentram, uma maior carga horária total, enquanto as Ciências Humanas e Sociais respondem uma menor ocupação, frequentemente com caráter eletivo ou

optativo, o que torna sua oferta instável e marginal no processo formativo (MAGNAGO; PIERANTONI, 2020; FROTA *et al.*, 2020).

Essa distribuição não é neutra, ela reflete uma hierarquia epistemológica que privilegia o paradigma biomédico e tecnicista em detrimento de uma formação ética, humanística e intercultural. Quando o tema da diversidade sociocultural aparece, está diluído em disciplinas de Saúde Pública, Atenção Básica ou Saúde da Família, com bibliografias compostas predominantemente por autores europeus ou norte-americanos. Esse dado confirma o que as práticas extensionistas evidenciaram empiricamente que estudantes chegam aos territórios tradicionais sem vocabulário conceitual, sem experiência de escuta intercultural e sem referenciais que sustentem uma prática de cuidado eticamente comprometida com a autonomia desses povos (BANIWA, 2017; SOARES; SANTOS, 2022).

Oportunamente, tal aspecto se adequa a princípios e a diretrizes legais, a exemplo do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e da Política Nacional de Humanização (PNH), que compõem um perfil justo, equitativo, responsável, competente e honesto dos(as) profissionais de Enfermagem, considerando as necessidades e as especificidades de cada indivíduo assistido (AVILA *et al.*, 2018).

Trazendo estas questões para o contexto amazônico, região cultural, social e economicamente muito rica, mas com desafios em sua Rede de Atenção à Saúde (RAS), devido as suas especificidades (PRADO *et al.*, 2007; EL KADRI *et al.*, 2022), a integração destes pontos aos atributos socioculturais é essencial para os(as) profissionais de Enfermagem. Todavia, há pontos importantes que devem ser mais bem explorados pela enfermagem as ideias sobre descolonização da educação, políticas afirmativas, indigenismo e relações interétnicas (BANIWA 2017; CRUZ, 2017).

A decolonização da educação em enfermagem pode ser promovida pela integração dos saberes indígenas e tradicionais ao currículo, valorizando tanto a autonomia cultural quanto as práticas de cuidado locais, o que contribui para uma formação mais sensível e ajustada à realidade amazônica (CASTRO *et al.*, 2025; BANIWA, 2017). Nesse contexto, as políticas afirmativas desempenham papel fundamental ao garantir o acesso e a inclusão de estudantes indígenas, enriquecendo a diversidade cultural e as diferentes perspectivas no campo da saúde. Simultaneamente, o indigenismo fomenta o reconhecimento e o respeito pelas culturas indígenas, elementos essenciais para a prestação de cuidados culturalmente sensíveis, enquanto as relações interétnicas favorecem uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais e culturais, ampliando a eficácia e promovendo maior equidade nos serviços de saúde (CRUZ, 2017).

3.2 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS

A Teoria Sociocultural de Vygotsky destaca a interação como mediadora do desenvolvimento humano, reforçando a importância do território e da cultura na aprendizagem. A articulação com a decolonialidade amplia esta visão ao propor uma ruptura com o eurocentrismo, favorecendo currículos que integrem saberes ancestrais, sustentáveis e contextualizados (ARAÚJO *et al.*, 2022; CRUZ, 2017).

Isso pode ocorrer pela inserção de teorias e conceitos no desenvolvimento de currículos, nos quais nota-se elementos para enfrentar os desafios de atuar na Amazônia, como o reconhecimento de diversidades étnica e a necessidade de fortalecer a identidade regional (ARAÚJO *et al.*, 2022). Essa abordagem, centrada na interação, aliada à valorização das práticas e das culturais locais, permite, aos profissionais em Enfermagem, a constituição de compreensões mais profundas e equitativas dos atores e dos espaços sociais de atuação (ARAÚJO *et al.*, 2022; CASTRO *et al.*, 2023; 2025).

A aplicação efetiva das teorias socioculturais, especialmente de Vygotsky (2007), no âmbito da Enfermagem, consolida uma prática que reconhece, valoriza e se fortalece a partir das nuances culturais presentes nos territórios amazônicos. A compreensão de que o desenvolvimento humano é mediado pelas interações sociais e culturais, conforme defendido por Vygotsky (2007), fundamenta a necessidade de integrar saberes locais, relações de grupo e individualidades no processo de formação e atuação dos profissionais de Enfermagem. Ao reconhecer que a cultura é constitutiva da natureza humana, conforme o autor evidencia, torna-se imprescindível que o exercício da Enfermagem na Amazônia transcenda o paradigma biomédico e incorpore uma abordagem dialógica e contextualizada (ARAÚJO *et al.*, 2022; CASTRO *et al.*, 2023; 2025), capaz de promover práticas de cuidado verdadeiramente humanizadas e interculturais.

Vygotsky (2007) defende que o indivíduo se constitui a partir de suas relações com o meio social e cultural, sendo essas interações as principais mediadoras do desenvolvimento psicológico e cognitivo. Aplicando esse conceito ao contexto amazônico, é possível afirmar que a Enfermagem, ao reconhecer e dialogar com as diversas culturas presentes na região, se potencializa enquanto ciência e prática social. Esse reconhecimento permite que a implementação da RAS seja mais efetiva, pois considera as especificidades culturais, as dinâmicas coletivas e as potencialidades individuais, promovendo a equidade e o respeito à diversidade (ARAÚJO *et al.*, 2022; CASTRO *et al.*, 2023; 2025). Essa abordagem contribui para o fortalecimento da identidade regional e a Enfermagem torna-se agente de transformação.

A formação em Enfermagem, especialmente no contexto amazônico, destaca-se pela valorização da cultura e da multiculturalidade presentes nas vidas dos indivíduos e na própria sociedade. O ambiente multicultural exerce papel fundamental no processo de aprendizagem, uma vez que favorece o contato com diferentes realidades e amplia a compreensão da diversidade humana. As interações vivenciadas durante a formação contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento de profissionais mais abertos à pluralidade e à complexidade do cuidado, tornando-os aptos a lidar com as múltiplas dimensões culturais que permeiam o exercício da Enfermagem (FRANÇA *et al.*, 2023; CASTRO *et al.*, 2025).

Em consonância com os pressupostos de Vygotsky (2007) e com base na realidade amazônica, observa-se que ainda há necessidade de ajustes na forma de educar, especialmente no que se refere à atenção aos povos indígenas e populações tradicionais. Esse cenário evidencia a urgência de incorporar práticas pedagógicas que promovam o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural (CASTRO *et al.*, 2025).

Nesse sentido, sendo o Brasil um país ricamente diverso, em termos de etnias, de regionalidades e peculiaridades, exige que profissionais de Enfermagem estejam preparados para atender a diferentes perfis populacionais (SILVA *et al.*, 2022). Há necessidades de que os(as) enfermeiros desenvolvam ações e tomem decisões, considerando as características culturais dos indivíduos atendidos, a partir de interações com estes meios, desde a graduação, principalmente na região Amazônica (SILVA *et al.*, 2022; CASTRO *et al.*, 2025).

Além disso, os(as) profissionais de Enfermagem necessitam de habilidades que contribuam na construção e na disposição técnica por meio de suas atuações sociopolíticas, instância considerada basilar do conhecimento em Enfermagem (RABELO; SILVA, 2022; MAIA *et al.*, 2023). É um aspecto desafiador que deve ser instigado desde a graduação, com direcionamento a uma postura crítica e reflexiva que apontem caminhos aos cuidados humanizado e multicultural que são deficitárias e incipientes (SILVA *et al.*, 2022).

Nesse sentido, o diálogo relacionados à interculturalidade, à biodiversidade e à valorização de cosmovisões de povos é fundamental para integrar outros conhecimentos para além das epistemologias eurocêntricas (CASTRO *et al.*, 2025). Isso valoriza e integra os conhecimentos e diferentes as culturas, fortalece a identidade e a autonomia e favorece a

descolonização do currículo de enfermagem, incluindo conteúdos que desafiem as perspectivas hegemônicas e valorizem outras epistemologias – indígenas e quilombolas, principalmente.

A contribuição de Aníbal Quijano (2000) é estruturante nesse debate porque nomeia o mecanismo que sustenta a generalidade curricular relacionada a colonialidade do poder. Aplicada à formação em Enfermagem, essa lente revela que a ausência de autores indígenas e quilombolas nas ementas é expressão de uma colonialidade do saber ainda operante do currículo. Reconhecer isso implica que a reforma curricular não é questão de inclusão pontual de conteúdos, mas de ruptura com uma arquitetura epistemológica que define, desde a base, o que conta como conhecimento válido para formar enfermeiros(as).

Krenak (2020) e Baniwa (2006; 2017) apontam esse diagnóstico a partir de dentro dos próprios territórios. Krenak, ao afirmar que a terra é entidade viva com quem os povos originários mantêm relação de reciprocidade e não de exploração, oferece à Enfermagem amazônica um princípio de cuidado que transcende o modelo individual-clínico, ou seja, a indissociabilidade do cuidar da pessoa do cuidar do território. Isso reorienta diretamente práticas como visita domiciliar, educação em saúde e promoção da saúde em comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas, nas quais o adoecimento frequentemente não se dissocia de desequilíbrios territoriais, espirituais e coletivos.

Baniwa, por sua vez, articula a descolonização da educação como projeto político concreto em que não basta incluir conteúdos sobre povos indígenas nos currículos é preciso reconhecer a autonomia epistêmica desses povos, o que significa que estudantes e docentes não ensinam sobre as comunidades, mas com elas, a partir de relações de escuta, respeito e co-produção de saberes. Essa distinção entre ensinar sobre e aprender com é o princípio pedagógico que deve fundamentar as práticas extensionistas (ARAÚJO *et al.*, 2022).

3.3 INTEGRAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO MOSAICO MULTICULTURAL E MULTIÉTNICO

É fundamental reconhecer a importância de perspectivas diversas na formação em Enfermagem. A compreensão da terra e dos recursos naturais como entidades vivas e sagradas – uma cosmovisão característica dos povos indígenas – tem o potencial de enriquecer significativamente a prática de enfermagem. Essa abordagem promove um cuidado holístico e sustentável, pautado no respeito às visões de mundo indígenas, além de outras populações tradicionais, e reforça a necessidade de interação respeitosa e integrada com a natureza durante o processo formativo (KRENAK, 2020).

A descolonização da formação, a valorização da autonomia e a identidade cultural dos povos e populações amazônicas são questões fundamentais no encontro com o outro. A inclusão de atividades curriculares específicas sobre a diversidade cultural e os direitos dessas populações no currículo é fundamental para que seja apresentado autores indígenas, quilombolas e amazônicas. Essas disciplinas devem abordar não apenas as práticas de saúde biomédicas, mas os desafios e as lutas por direitos dessas comunidades (PADRO *et al.*, 2007; BANIWA, 2006; 2017; FAUSTO *et al.*, 2022; LIMA *et al.*, 2022; EL KADRI *et al.*, 2022).

Estudos de caso sobre região amazônica oferecem exemplos concretos de como integrar essas práticas na formação. O Projeto Xingu, desenvolvido pelo Instituto Socioambiental (ISA), trabalha diretamente com comunidades indígenas do Parque Indígena do Xingu, promovendo a valorização dos conhecimentos tradicionais de saúde na formação de profissionais (MARTINS *et al.*, 2020). Da mesma forma, ações às comunidades quilombolas mostram como a participação ativa das comunidades na construção e implementação de ações de saúde garante que as especificidades culturais sejam respeitadas (SOUZA *et al.*, 2022).

Nesse contexto, a consolidação dessas práticas extensionistas demanda o fortalecimento de parcerias efetivas com instituições locais e organizações indígenas, em diálogo estreito com

lideranças comunitárias e profissionais de saúde da região. Essa cooperação possibilita a escuta ativa e o reconhecimento das necessidades reais das comunidades, promovendo a troca de saberes e experiências (KRENAK, 2020; SOUZA *et al.*, 2022). Ao integrar diferentes atores sociais, não apenas se prepara o profissional de Enfermagem para compreender e atuar diante das especificidades culturais e sociais amazônicas, como também se reforça a dimensão ética e moral do cuidado, em consonância com as demandas por uma formação crítica, reflexiva e comprometida com a justiça social.

A inclusão de um diálogo com o mosaico multicultural e multiétnico das vidas das pessoas na Amazônia é fundamental para apresentar os diferentes contextos que existem na imensidão da Amazônia. Não apenas amplia a compreensão dos futuros enfermeiros e enfermeiros sobre as singularidades culturais e práticas de saúde das diversas comunidades que compõem a região, mas também lhes permite desenvolver empatia e respeito por essas diferenças (EL KADRI *et al.*, 2022; REIS *et al.*, 2024; SOUZA *et al.*, 2022).

A interação com as comunidades permite aos profissionais aprender sobre os sistemas de cura, rituais culturais relacionados à saúde e bem-estar, bem como compreender os desafios específicos enfrentados por essas populações diante da expansão de empreendimentos de desenvolvimento (BENTES *et al.*, 2021). Essa aproximação promove uma formação holística, baseada no diálogo e na co-criação de práticas e políticas de saúde adaptadas, além de estratégias de cuidado alinhadas às realidades locais. Como resultado, não só se eleva a qualidade do cuidado prestado, mas também se fortalece a confiança e a colaboração mútua entre profissionais e comunidades. Desse modo, os futuros enfermeiros e enfermeiras tornam-se mais sensibilizados para lidar com as dinâmicas socioculturais da Amazônia, contribuindo decisivamente para a promoção da equidade e da justiça social no âmbito da saúde (EL KADRI *et al.*, 2022; REIS *et al.*, 2024).

Outrossim, ao conduzir-se em uma imersão sobre a região, em que os enfermeiros não apenas observam, mas experienciam diretamente os desafios e as nuances culturais, sociais e ambientais que caracterizam a Amazônia. Essa vivência permite uma análise mais precisa e contextualizada das necessidades de formação, levando em consideração as especificidades locorregionais (EL KADRI *et al.*, 2022; REIS *et al.*, 2024).

A imersão permite uma interação contínua e significativa com autores e pesquisadores locais, cujas obras e insights são fundamentais para compreender a complexidade da região. Além disso, autores amazônidas, que abordam a interseção entre saúde, cultura e meio ambiente, fornecem uma base teórica sólida para o desenvolvimento de currículos de Enfermagem que sejam culturalmente pertinentes às perspectivas locais, enriquece a formação, e promove uma abordagem de aprendizado colaborativo que valoriza o conhecimento tradicional e acadêmico da Amazônia.

Essa abordagem valoriza o mosaico multicultural e multiétnico da Amazônia na formação em enfermagem e se torna um verdadeiro instrumento de transformação social, promovendo a equidade e a justiça na atenção à saúde. A inclusão de perspectivas de autores como Krenak, Baniwa, entre outros, enriquece a formação dos profissionais, garantindo que estejam preparados para enfrentar os desafios únicos da região amazônica com sensibilidade e competência cultural (PADRO *et al.*, 2007; FAUSTO *et al.*, 2022; LIMA *et al.*, 2022; EL KADRI *et al.*, 2022).

Diante disto, aponta-se que os projetos extensionistas demonstram potencial para fortalecer a articulação entre universidade e comunidades, aproximando academia de territórios. Experiências com oficinas, vivências imersivas e co-produção de materiais educativos são caminhos para consolidar uma Enfermagem sensível às especificidades amazônicas (Souza *et al.*, 2022). Ademais, parcerias com lideranças e organizações comunitárias favorecem a construção de estratégias mais justas e equitativa. Todavia, requer a inclusão de conceitos

teóricos que valorizam a diversidade cultural e étnica da região como já apontando (BANIWA, 2017; CRUZ, 2017).

Com base nas práticas extensionistas, é possível propor, de forma fundamentada, a inclusão de atividades curriculares nos cursos de Enfermagem da Amazônia. Essas não derivam de arranjo meramente teórico, elas respondem diretamente ao que os registros das experiências extensionistas revelaram como ausência formativa estrutural e respondem à ausência, identificada nas ementas analisadas, de referenciais que questionem o eurocentrismo hegemônico das ciências da saúde. Neste cenário propõem-se ementas direcionadas à colonialidade do poder, do saber e do ser (Quijano, 2000); decolonialidade na educação e na saúde; racismo estrutural e saúde da população negra (Carneiro, 2005; Nascimento, 1978); gênero, território e vulnerabilidades socioambientais na Amazônia; crítica ao eurocentrismo nos currículos de Enfermagem e caminhos para uma formação anticolonial.

Como bibliografias estruturantes sinaliza-se Quijano (2000), Nilma Lino Gomes (2017), Abdias Nascimento (1978), Cruz (2017), Soares; Santos (2022). Para sustentabilidade aponta-se metodologia como seminários de discussão com textos de autores negros, indígenas e amazônidas; análise crítica de ementas de cursos vigentes; elaboração coletiva de propostas de reforma curricular utilizando o próprio currículo dos discentes como objeto de reflexão pedagógica. Ambas ações não são propostas como encargos adicionais ao currículo, mas como reorganização das horas já destinadas às Ciências Humanas e Sociais hoje subutilizadas e epistemologicamente marginalizadas.

A experiência extensionista das autoras demonstra que, quando essas temáticas são trabalhadas de forma imersiva e com participação ativa das comunidades, há mudança na postura dos estudantes, há redução de condutas etnocentricamente orientadas e ampliação da capacidade de escuta qualificada. A formalização dessas práticas como atividade curricular é, portanto, o caminho para que o que hoje ocorre como experiência extensionista singular passe a integrar o horizonte formativo de todos os(as) futuros(as) enfermeiros(as) da região amazônica (BANIWA, 2017; CRUZ, 2017; KRENAK, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que, apesar dos avanços normativos das DCENF, persistem lacunas para que a formação de profissionais de Enfermagem na Amazônia contemple de modo consistente os aspectos socioculturais, éticos e decoloniais necessários para uma prática efetivamente equitativa.

Este ensaio reafirma que integrar teorias críticas, como a Teoria Sociocultural de Vygotsky e as perspectivas decoloniais de Quijano, Krenak e Baniwa, fortalece o potencial transformador da Enfermagem, rompendo com a transmissão linear de conhecimentos e valorizando práticas pedagógicas interculturais.

Recomenda-se, portanto, que futuras revisões curriculares incorporem discussões sobre disciplinas obrigatórias com carga horária dedicada à diversidade étnico-racial, promovendo o protagonismo de autores e lideranças locais. Além disso, sugere-se expandir as parcerias com comunidades indígenas e tradicionais, a partir de projetos de extensão que permitam imersões culturais reais e produção de conhecimentos compartilhados com obrigatoriedade da participação dos atores dos territórios. Além disso, indica-se a necessidade de pesquisas empíricas que avaliem os impactos de tais inovações formativas na qualidade do cuidado, ampliando as evidências sobre práticas pedagógicas sensíveis à complexidade amazônica.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, J. S. *et al.* Public policy for social inclusion in higher education and extension practices with ethnic groups. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, p. e20210970, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0970>.
- ARRUDA-BARBOSA, L.; SALES, A. F. G.; TORRES, M. E. M. **Impacto da migração venezuelana na rotina de um hospital de referência em Roraima, Brasil**. *Interface (Botucatu)*, v. 24, p. e190807, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.190807>.
- AVILA, L. I. *et al.* **Construção moral do estudante de graduação em Enfermagem como fomento da humanização do cuidado**. *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 27, n. 3, p. e4790015, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-070720180004790015>.
- BANIWA, G. J. L. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Mec/Secad, 2006. 224p.
- BANIWA, G. J. L. Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena. **Revista de Educação Pública**, v. 26, n. 62, p. 295-310, 2017
- BENTES, N. M. S.; KOURY, S. E. C.; PEREIRA, A. L. C. J. **Os impactos dos projetos de mineração na Amazônia em populações tradicionais: o estudo do caso Cachoeira Porteira**. *Revista Jurídica (FURB)*, v. 25, n. 56, p. e9887, 2021. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/9887/5159>
- CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CASTRO, N. J. C. *et al.* **Processos de aprendizagem sobre equidade para reflexão da prática social da Enfermagem**. *REME - Revista Mineira de Enfermagem*, v. 27, 28 jul. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/remo/article/view/42296>.
- CASTRO, N. J. C. D.; GAVIÃO, P. L.; SANTOS, A. L. P. D.; PAES, F. T. Linguistics and semiotics in indigenous and non-indigenous people's training and performance in nursing. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 59, p. e20250023, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2025-0023en>
- CRUZ, F. S. M. Indígenas Antropólogos e o Espetáculo da Alteridade. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 11, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15949>.
- EL KADRI, M. R.; SCHWEICKARDT, J. C.; FREITAS, C. M. D. **Os modos de fazer saúde na Amazônia das Águas**. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 26, p. e220056, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.220056>.
- FAUSTO, M. C. R. *et al.* **Sustentabilidade da Atenção Primária à Saúde em territórios rurais remotos na Amazônia fluvial: organização, estratégias e desafios**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, p. 1605-1618, 2022.

FRANÇA, B. S. *et al.* **O cuidado de Enfermagem e a diversidade cultural: um estudo reflexivo.** Revista Praxis, v. 15, n. 29, 2023. Disponível em: <https://revistas.unifoa.edu.br/praxis/article/view/3799/3058>.

FRANCO, P. C. *et al.* **Cotidiano do enfermeiro no atendimento ao idoso na estratégia saúde da família em Manacapuru, Amazonas.** Cogitare Enfermagem (Online), 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/gim/resource/ru/biblio-1124574>

FROTA, M. A. *et al.* **Mapeando a formação do enfermeiro no Brasil: desafios para atuação em cenários complexos e globalizados.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, n. 1, p. 25-35, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020251.27672019>.

GOMES, J. F. F.; ORFÃO, N. H. **Desafios para a efetiva participação popular e controle social na gestão do SUS: revisão integrativa.** Saúde em Debate, v. 45, n. 131, p. 1199-1213, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202113118>.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2017.

KRENAK, A. Reflexão sobre a saúde indígena e os desafios atuais em diálogo com a tese "Tem que ser do nosso jeito": participação e protagonismo do movimento indígena na construção da política de saúde no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 3, p. e200711, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020200711>.

LIMA, J. G. *et al.* **Barreiras de acesso à Atenção Primária à Saúde em municípios rurais remotos do Oeste do Pará.** Trabalho, Educação e Saúde, v. 20, p. e00616190, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs616>.

LUZ, M. T. **Complexidade do campo da Saúde Coletiva: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, e transdisciplinaridade de saberes e práticas - análise sócio-histórica de uma trajetória paradigmática.** Saúde e Sociedade, v. 18, n. 2, p. 304-311, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000200013>

MAGNAGO, C.; PIERANTONI, C. R. **A formação de enfermeiros e sua aproximação com os pressupostos das Diretrizes Curriculares Nacionais e da Atenção Básica.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, n. 1, p. 15-24, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020251.28372019>.

MAIA, N. M. F. S. *et al.* Contributions of the institutions for the nursing professionalization: integrative review (2010-2020) in the light of Freidsonian conceptions. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 76, n. 1, p. e20220153, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2022-0153>.

MARTINS, J. C. L.; MARTINS, C. L.; OLIVEIRA, L. S. S. Attitudes, knowledge and skills of nurses in the Xingu Indigenous Park. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. 6, p. e20190632, 2020.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

- PRADO, M. L. *et al.* **Políticas públicas na formação em saúde: contribuição da enfermagem para superação das desigualdades regionais brasileiras.** *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 16, n. 3, p. 531-535, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072007000300020>.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 107-126.
- RABELO, A. R. M.; SILVA, K. L. Let it not be that nursing that asks for silence: participation in social movements and sociopolitical-emancipatory knowledge. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, n. 4, p. e20210630, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0630>.
- REIS, A. E. S. *et al.* **Navegando pelo "rio da vida": a produção do cuidado em situações de urgência e emergência em um território da Amazônia.** *Interface (Botucatu)*, v. 28, p. e230649, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.230649>
- SILVA, K. L. *et al.* Perspectivas de docentes e discentes sobre desigualdades sociais na formação em enfermagem. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 35, p. eAPE039006034,. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO006034>
- SOARES, F. J. P.; SANTOS, L. F. P. B. **Document analysis of nursing training for the care of cultural diversity in primary care.** *NTQR*, v. 13, p. e649, 2022. Disponível em: <https://publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/article/view/649>
- SOUSA, R. de F. *et al.* **Condições de saúde e relação com os serviços de saúde na perspectiva de pessoas de quilombo.** *Escola Anna Nery*, v. 27, p. e20220164, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2022-0164pt>
- SOUZA, V. A; GURGEL, I. G. D.; ALBUQUERQUE, P. C. Residência Multiprofissional em Saúde: (trans) formação para o SUS em comunidades quilombolas. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 32, n. 3, p. e320313, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312022320313>
- SURDEZ-PÉREZ, E. G.; SANDOVAL-CARAVEO, M. C.; LAMOYI-BOCANEGRA, C. L. Satisfacción estudiantil en la valoración de la calidad educativa universitaria. **Educación y Educadores**, v. 21, n. 1, p. 9-26, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5294/edu.2018.21.1.1>
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.